

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: 01/10/2012 a 31/10/2012**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Índice

Sem Terra discutem fortalecimento da Reforma Agrária no Baixo Sul baiano. Wesley Lima – Site do MST. 01/10/2012.....	4
Escola de assentamento no Paraná fica em primeiro lugar na média municipal do IDEB - Site do INCRA. 01/10/2012.....	5
Incra e organizações de trabalhadores rurais discutem ações prioritárias – Site do INCRA. 01/10/2012.....	6
AGU garante desapropriação de área para assentamento de trabalhadores – Site do INCRA. 02/10/2012.....	6
Seminário de assistência técnica incentiva comercialização de assentados na Paraíba – Site do MDA. 02/10/2012.....	7
Editorial do O Globo e a relação com agronegócio – Site do MST. 08/10/2012.....	8
Desapropriações de fazendas de cacau avançam. Carine Ferreira – Valor Econômico. 08/10/2012.....	10
Incra tem 'latifúndio' improdutivo em área nobre de Brasília – O Estado de São Paulo. 08/10/2012.....	12
Privilégios no campo, por João Pedro Stédile. João Pedro Stédile - O Globo. 08/10/2012.....	13
Agronegócio inclui pequenos. Cleiber di Ribeiro Barbosa – O Globo. 08/10/2012.....	14
Agricultores marcham rumo a Nova Délhi por reforma agrária – O Globo. 14/10/2012.....	15
Conferência debate reforma agrária e crédito fundiário – Site da CONTAG. 15/10/2012.....	16
Incra e reitores de universidades federais aprofundam cooperação para educação na Reforma Agrária – Site do INCRA. 15/10/2012.....	17
Os perigos da crescente desnacionalização das terras brasileiras – Site do MST. 16/10/2012.....	18
Alunos do Pronera concluem ensino profissionalizante no Rio Grande do Sul – Site do MDA. 16/10/2012.....	19
Compra de terras por estrangeiros aumenta os conflitos no campo. Vivian Fernandes – Site do MST. 17/10/2012.....	19
Incra fecha parceria com municípios para desenvolvimento rural no sul e sudeste paraense – Site do MDA. 17/10/2012.....	21
Agricultores de assentamento lucram com feira, encomendas e alimentação escolar – Site do INCRA. 16/10/2012.....	22
Incra, MDA e CNPq destinam R\$ 40 milhões para o desenvolvimento de Residências Agrárias – Site do MDA. 22/10/2012.....	23
Incra lança Plano de Titulação e Regularização Ambiental dos Assentamentos em Rondônia- Site do MDA. 25/10/2012.....	24
Reforma Agrária no Ar. Eduardo Sales de Lima – Site do MST (Brasil de Fato). 25/10/2012.....	25

Terra Legal monitora trabalho de georreferenciamento no Amazonas – Site do MDA. 25/10/2012.....	27
Delegação de Moçambique conhecem realidade fundiária e gestão de terras no Paraná – Site do INCRA. 26/10/2012	28
Reaf debate acesso à terra e políticas de gênero – Site do MDA. 26/10/2012.....	29
Incra elabora plano de combate ao desmatamento ilegal em assentamentos da Amazônia – Site do INCRA. 29/10/2012	30
Incra elabora plano de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia – Site do MDA. 29/10/2012.....	31
Parceria entre Incra e governo de Rondônia acelera regularização fundiária e ambiental – Site do MDA. 29/10/2012	32
A corrida estrangeira pela terra brasileira – Site do MST (IHU). 30/10/2012	33
Incra elabora estudo sobre mercado de terras no oeste do Pará – Site do MDA. 30/10/2012.....	37
Fórum no Ceará debate políticas para assentados da Reforma Agrária – Site do MDA. 31/10/2012.....	38
Incra e governo de Alagoas tratam de mediação de conflitos agrários no estado – Site do MDA. 31/10/2012.....	39
Presidente do Incra se reúne com Comissão de Mediação de Conflitos Agrários e Governador de Alagoas – Site do INCRA. 31/10/2012	40
CONTAG participa de debate em Alagoas sobre o INCRA e o Brasil Sem Miséria – Site da CONTAG. 31/10/2012.....	41

Sem Terra discutem fortalecimento da Reforma Agrária no Baixo Sul baiano. **Wesley Lima – Site do MST. 01/10/2012**

“Discutir a Reforma Agrária e as ações que devem ser feitas no cotidiano de assentados e acampados pelo MST deve ser constante”, afirma Wilson Pianissola, integrante da direção estadual do MST.

Para fortalecer essa discussão, Marcos Neres, Superintendente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incrá/BA), Elias, representante da Unidade do Incra no Sul da Bahia, Valmir Assunção, Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Ednalva, Articuladora Política do MST na região e demais militantes do movimento visitaram na última quarta-feira (26) os Assentamentos e Acampamentos do MST na Brigada Costa Dendê, localizado no Baixo Sul baiano.

Tendo como base o período eleitoral em que se encontram os municípios brasileiros, essas visitas discutiram a importância desse processo para o avanço da Reforma Agrária na região. A ideia era levar às famílias que o avanço no processo de construção social igualitária e melhoria de vida também perpassa pela vertente política.

Além deste aspecto político, as visitas tinham como papel conhecer a realidade das áreas, percebendo as dificuldades, os avanços e as cobranças das famílias referentes as suas respectivas realidades.

De acordo com Ednalva, “temos que fazer mais cobranças dos órgãos responsáveis pela Reforma Agrária no país. Vamos aproveitar essas visitas para questionarmos aquilo que foi entregue nas pautas de reivindicações nas diversas mobilizações feitas pelo Movimento em todo o estado.” E acrescenta: “o que conquistamos até hoje é pouco. Precisamos ter unidade nas lutas sociais e nos processos políticos, pois, se termos uma representação nos municípios nos ajudará a encaminhar a educação, infra-estrutura e muito mais para melhorar nossas condições de vida.”

A ideia de termos um representante na política partidária também é afirmada por Marcos Neres. “Se tivermos um representante, será um reforço na discussão da Reforma Agrária na região.” Dentro desta mesma ideia, Valmir Assunção diz que espera que “possamos eleger os nossos candidatos e aqueles que estão apoiados pelo MST nesse processo político, assim fortaleceremos a nossa luta. Devemos sempre nos lembrar que esta luta é constituída de várias famílias e são estas que precisam ser representadas. Assentadas ou acampadas temos que compreender nosso o compromisso com o avanço da discussão de nossos interesses sociais nos diversos espaços políticos.”

Organização das visitas

As visitas se iniciaram na quarta-feira pela manhã. As primeiras localidades foram os Projetos de Assentamento Bom Jesus, mais conhecido como Manjerona e Limoeiro. O Acampamento Luana Carvalho, onde as famílias sofreram despejo e estão aguardando uma resposta dos órgãos públicos para retornarem à fazenda, também foi visitado, ambos localizados no município de Igrapiúna.

Pela noite, ao finalizar as visitas, as famílias assentadas no Lucas Dantas, Margarida Alves e Josinei Hipólito, localizado no município de Ituberá, junto com as famílias do Assentamento São João e o Acampamento Alto da Bela Vista, localizado no município de Nilo Peçanha, e os assentados da Marimbu e 17 de Abril, se dirigiram ao restaurante Piaçaba. Estima-se que neste dia foram visitadas cerca de 360 famílias da brigada.

Resultados

Como conclusão dessas visitas, a direção do MST junto com os representantes dos órgãos públicos presentes agendou uma reunião para o dia 19 de outubro. Para esta reunião, o MST estará elaborando uma pauta de reivindicações que terá como objetivo encaminhar as necessidades das famílias assentadas, como a liberação de créditos e a vistoria das fazendas ocupadas, ao contribuir no processo de desapropriação das terras para fins de Reforma Agrária.

Escola de assentamento no Paraná fica em primeiro lugar na média municipal do IDEB - Site do INCRA. 01/10/2012

A Escola Camponesa Municipal Chico Mendes, localizada dentro de um dos maiores assentamentos no Paraná foi classificada, neste ano, em primeiro lugar na média municipal do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Situada no município de Querência do Norte (625 km de Curitiba), a escola fica na área de uso comunitário do assentamento Pontal do Tigre. O assentamento tem área de oito mil hectares e abriga 338 famílias.

O primeiro lugar na média municipal do Ideb foi obtido com a nota de 6.2. O índice foi alcançado por meio da Prova Brasil, aplicada aos alunos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais. Os exames têm perguntas de português e matemática. Essa é a segunda vez que a escola faz a prova. Em 2009 a nota foi 4,4.

A prova foi realizada em novembro de 2011, mas a nota saiu apenas em junho deste ano. O índice tem como objetivo reunir, em um só indicador, dois conceitos: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.

Conquista

De acordo com a diretora da escola, Maria Edi da Silva, uma equipe do Ministério da Educação (Mec) vai até a instituição aplicar os exames e, para garantir a veracidade dos resultados, a escola não tem acesso às provas. “É uma grande conquista, pois a comunidade já passou por muitas dificuldades e esse 1º lugar mostra que os assentados também podem ter uma educação de qualidade”, comemora.

Para continuar com a boa qualidade de educação, Maria Edi explica o que será feito daqui em diante. “Continuaremos nosso trabalho com muita luta negociando e lutando por Políticas Públicas. Também continuaremos trabalhando com a pesquisa participante, tema gerador e os projetos da escola”, explica.

Para a coordenadora da escola, Lurdes de Fátima, a boa qualidade de ensino é resultante de um processo de pesquisa participante realizado internamente na escola. “Procuramos saber o que é melhor para cada aluno e como poderemos ensiná-lo da maneira mais correta para que ele não tenha dificuldades e aprenda o máximo possível”, explica.

História

A fundação da Escola Chico Mendes deu-se por volta de 1988, quando surgiram os primeiros acampamentos que deram origem ao Pontal do Tigre. No início, os alunos tinham aulas em salas de madeira, mas com a grande quantidade de alunos, foi preciso construir uma escola de alvenaria.

A escola tem uma Associação de Pais e Mestres formada pelos assentados. O objetivo é administrar os recursos passados pelos governos Federal e estadual e dar assistência ao aluno e a sua família. Atualmente a escola tem 256 alunos com idade entre três e 11 anos, distribuídos em 12 turmas.

As crianças contam, além das matérias normais, com aulas sobre Práticas Agrícolas e Ambientais e aprendem como surgiram os movimentos sociais.

Desde sua fundação, o Incra já destinou recursos para a escola, principalmente, brinquedos para a brinquedoteca, materiais permanente como mesas, cadeiras e materiais pedagógicos. Também tiveram apoio da Petrobras, em 2007, e da prefeitura local na formação dos professores.

Incra e organizações de trabalhadores rurais discutem ações prioritárias – Site do INCRA. 01/10/2012

A Superintendência Regional do Incra em Santarém realizou, na última sexta-feira (28), uma reunião de planejamento com representantes de organizações de trabalhadores rurais do Oeste do Pará. O evento, realizado na sede do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santarém (PA), foi a primeira reunião pública de trabalho após o retorno das atividades do Incra. A Regional do Oeste do Pará retomou o atendimento ao público no último dia 17 de setembro, quando os servidores, em campanha salarial e pela reestruturação da autarquia, decidiram suspender a greve.

O superintendente regional interino do Incra no Oeste do Pará, Marcos Alexandre Kowarick, esteve presente na reunião acompanhado de técnicos da autarquia. Na oportunidade, eles expuseram as informações relativas às diversas atribuições do órgão fundiário, as ações mais recentes e em curso, além das atuais limitações, de forma a tornar transparente a relação com as representações dos trabalhadores rurais assentados.

“Tratamos das questões operacionais e das metas para o desenvolvimento dos assentamentos e a resolução dos problemas fundiários, na perspectiva do que faremos até o final deste ano e de um planejamento estratégico para 2013”, afirma o superintendente Marcos Alexandre Kowarick. Ele adianta que as próximas contratações para a prestação de assistência técnica aos trabalhadores rurais contemplarão demandas qualificadas das comunidades, de modo a enfatizar as vocações específicas de cada localidade.

AGU garante desapropriação de área para assentamento de trabalhadores – Site do INCRA. 02/10/2012

A Advocacia-Geral da União (AGU) obteve a homologação judicial de acordo formulado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para desapropriação da Fazenda Mato Queimado, no município de Taió (SC). Os advogados da União evitaram que o caso se estendesse na Justiça e, com isso, conseguiram uma economia aos cofres no valor de R\$ 3.516.081,11.

Em 2009, o Incra havia ajuizado ação para promover a desapropriação pelo relevante interesse social para fins de reforma agrária na área de aproximadamente 935,50 hectares.

Desde então os órgãos vem participando de audiências com os proprietários para decidir o impasse. Em maio de 2012, após as tratativas envolvendo o caso, as procuradorias conseguiram celebrar acordo para encerrar todos os processos judiciais existentes sobre a questão.

Os termos do documento previam que todas as benfeitorias existentes na área seriam indenizadas pelo Instituto, com levantamento dos valores, pelos proprietários, depositados em dinheiro no início da ação.

Concordando, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) homologou o acordo celebrado entre o Incra e os ex-proprietários da terra, bem como resolução do mérito da questão.

O valor economizado aos cofres públicos com o acordo inclui as diferenças do valor constante na avaliação judicial, mais o pagamento de juros compensatórios e moratórios e honorários advocatícios sucumbenciais, caso o processo fosse levado até o final, mediante esgotamento de todas as instâncias (ordinárias e extraordinárias).

Atuaram no processo a Procuradoria Federal em Santa Catarina, a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto e o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal no Rio Grande do Sul, todas, unidades ligadas à AGU.

Seminário de assistência técnica incentiva comercialização de assentados na Paraíba – Site do MDA. 02/10/2012

Técnicos das entidades prestadoras de assessoria técnica para famílias assentadas paraibanas participaram, nesta segunda (1º) e terça-feira (2), do Seminário Políticas Públicas de Incentivo à Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária. O evento, realizado no auditório da Superintendência Regional de Trabalho e Emprego, no centro de João Pessoa (PB), reuniu cerca de 40 técnicos contratados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Paraíba. Os técnicos atuam em assentamentos da reforma agrária nas zonas da Mata Norte e Sul e na região do Brejo

Paraibano.

Segundo o engenheiro agrônomo Jonas Melquíades, da coordenação do Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável (IDS), o seminário buscou estimular, entre os técnicos que trabalham com assessoria técnica, a promoção de ações de intensificação das organizações social, de produção e de comercialização nos assentamentos da reforma agrária. “Estes são os três pontos básicos para que haja desenvolvimento nos projetos de assentamento”, afirmou.

A promoção do seminário foi do IDS, por meio do Projeto de Articulação de Assessoria Técnica do Incra/PB. O encontro foi iniciado com a exposição Políticas Públicas de Apoio à Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária, proferida pelo engenheiro agrônomo Manoel Vital de Carvalho Filho, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os técnicos participaram de oficinas sobre as modalidades de Doação Simultânea, Formação de Estoque e Compra Direta Local do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Também foi debatido o apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios (Proinf) em consonância com as estratégias de comercialização na agricultura familiar. O último momento de discussões, nesta terça-feira (2), tratou da atual realidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) na Paraíba.

Editorial do O Globo e a relação com agronegócio – Site do MST. 08/10/2012

O jornal *O Globo* se propôs a debater a questão agrária brasileira, fundada atualmente na crença de um modelo de produção agrícola de extrema produtividade e rentabilidade: o agronegócio. Argumento este pouco sustentável se levar em consideração para quem vai esta produtividade - mercado externo - e quem fica com o bônus econômico - meia dúzia de empresas transnacionais.

Confirmam o debate entre o artigo de João Pedro Stedile, da coordenação nacional do MST, e o editorial do *O Globo*, publicados nesta segunda-feira (8) no diário, cuja resposta do jornal é de extrema representatividade, afinal demonstra claramente o lado assumido pelos grandes meios de comunicação.

Os Privilégios no campo

Por João Pedro Stédile*

Cantam-se loas ao agronegócio brasileiro. Há razões para isso? A que custo, social, econômico e ambiental, é mantido esse modelo agrícola? Será a única alternativa para o desenvolvimento? As consequências da irracional depredação ambiental, causada pela voracidade de lucros de uma minoria de proprietários rurais, exigirão um posicionamento político que extrapole os interesses do mundo rural.

O agronegócio se vangloria de produzir riqueza para o desenvolvimento. A mídia, tanto pelo alinhamento ideológico com os grandes proprietários quanto por seus interesses econômicos, se encarrega de difundir tal versão.

A truculenta bancada ruralista inibe as possibilidades de debates e adota o discurso de catastrofismo frente às iniciativas que se opõem aos interesses do setor.

O agronegócio é exitoso na estratégia de aparecer como uma atividade moderna. O ex-presidente da Embrapa Eliseu Alves mostrou em estudo que o agronegócio representa apenas 8,2% dos proprietários rurais. São 22,1 mil, de um total de 5,2 milhões.

Esse estrato de proprietários responde pela maior parte da riqueza produzida na agricultura. São dados como este que fazem a fama do agronegócio. Essa concentração não é mérito da eficiência do agronegócio. Ela se deve a políticas que privilegiaram essa parcela. Modernos e produtivos eram também os engenhos de cana do Nordeste nos séculos XVI- XIX. O que sobrou para a população? Produção de riqueza, por si só, não assegura desenvolvimento. No outro extremo, há 3,8 milhões de proprietários rurais desassistidos de políticas públicas. Para essa população, o agronegócio tem somente uma preocupação: ganhar tempo para depois empurrá-los às periferias. Esse modelo expulsará 2/3 desses proprietários rurais. A sociedade está disposta a bancar isso? Por que não logramos impor ao agronegócio restrições para proteger interesses da sociedade? Os grandes proprietários defendem um código florestal contrário à preservação ambiental. É necessária uma legislação que assegure a apropriação social da natureza, para que a qualidade de vida prevaleça sobre os interesses capitalistas.

A reforma agrária representa um ajuste de contas histórico: democratizar as terras agrícolas! Todos os governantes que se subordinaram ao latifúndio alegaram que não seria mais necessária. Essa desculpa esfarrapada escamoteia uma opção de desenvolvimento que menospreza os aspectos culturais, sociais, políticos e ambientais. Reforma agrária é, também, assegurar vida digna para a população do campo, ter uma política de produção associada à preservação ambiental e se desafiar a promover o desenvolvimento nacional atendendo, prioritariamente, aos interesses do povo brasileiro.

**João Pedro Stedile é membro da coordenação nacional do MST e da Via Campesina Brasil.*

Editorial - Agronegócio inclui pequenos

O agronegócio é um dos principais alicerces da economia brasileira. Por séculos, a economia se concentrou em uma faixa de duzentos quilômetros ao longo do litoral. Assim, mesmo com infraestrutura precária, o agronegócio conseguiu avançar no interior a ponto de o Brasil hoje estar entre os três maiores produtores e exportadores das mais importantes culturas agrícolas e pecuárias.

O superávit proporcionado pelo agronegócio na balança comercial é tão expressivo que o segmento pode ser comparado a um segundo "pré-sal", só que, em vez da costa, se espalha pelo interior. E já produz em grande escala. O agronegócio semeou polos de desenvolvimento em cidades médias por todo o país. Com a renda que gera, criou uma

demanda para diferentes serviços, envolvendo sistemas de transportes, bancos, comércio varejista e entretenimento.

Além dos alimentos (cuja volumosa produção contribui para moderar a inflação e melhorar consideravelmente o grau de nutrição de milhões de brasileiros mais pobres), o agronegócio abriu espaço para fontes renováveis de energia. A biomassa tende a ter uma participação crescente na matriz energética do país, assim como os biocombustíveis (etanol e biodiesel).

O agronegócio precisa de grandes áreas para a produção de grãos. No Centro-Oeste, propriedades com menos de 100 hectares são pouco rentáveis ou até inviáveis economicamente. Mas há oportunidades para a agricultura familiar, especialmente na produção de alimentos. Indústrias que processam carne de frango ou de suínos têm milhares de fornecedores, a maioria dos quais pequenos produtores. Os cinturões verdes que hoje abastecem as metrópoles com hortigranjeiros são formados por sítiantes e chacareiros. A piscicultura, que já é responsável pelo salto na produção de pescados (enquanto a captura se mantém relativamente estável), é outro segmento no qual a convivência entre pequenos, médios e grandes produtores tem se mostrado factível.

A política agrícola brasileira se tornou abrangente nos últimos vinte anos, buscando atender desde a produção em grande escala até os produtores familiares. A reforma agrária, dentro dos seus propósitos originais de distribuição de terras com objetivo de reduzir a pobreza e a desigualdade no campo, acabou se esvaziando naturalmente diante dessa dinâmica do setor rural. A absorção de novas tecnologias, a mecanização, a formalização dos empregos e o respeito aos direitos trabalhistas (inclusive a aposentadoria) transformaram, para melhor, o trabalho no campo. A eletrificação, o acesso às telecomunicações e a oferta de educação vêm tirando as famílias rurais do isolamento.

O debate que envolve o campo hoje está mais direcionado para questões ambientais e indígenas, ou de infraestrutura e produtividade. O tema fundiário perdeu relevância, porque são raras as terras mantidas como reserva de valor, sem aproveitamento.

Desapropriações de fazendas de cacau avançam. Carine Ferreira – Valor Econômico. 08/10/2012

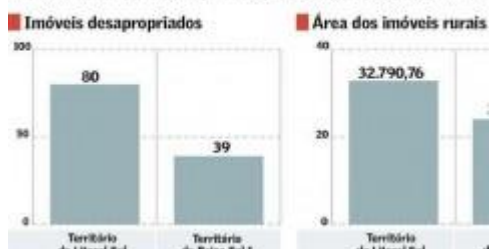
Além das dívidas acumuladas há mais de 20 anos com a crise da cacauicultura brasileira, produtores do sul da Bahia, que lidera a produção do país, ainda convivem com desapropriações de propriedades para reforma agrária. Desde 1990, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), foram desapropriadas na região 119 fazendas, ou pouco mais de 57 mil hectares. A área representa cerca de 11% do total ocupado pela cultura, em torno de 500 mil hectares no sul baiano, conforme estimativas da Associação dos Produtores de Cacau.

Os números do Incra levam em conta a região do Baixo Sul, onde não há levantamento preciso sobre se todas as áreas são produtoras de cacau. Entre 2011 e este ano, foram desapropriadas três fazendas na região, onde ainda não foram criados assentamentos. De cada quatro a cinco vistorias de imóveis, uma, em média, resulta em desapropriação,

conforme Marcos Nery, superintendente do Incra na Bahia. A instituição tornou-se inclusive "dona" da maior parte das propriedades da região cacauceira.

Reforma agrária na região cacauceira

Número de propriedades e áreas desapropriadas desde 1999



O superintendente confirma que ainda existe uma grande demanda para reforma agrária na região, marcada por muitos trabalhadores desempregados. E avalia que tampouco é intenção do governo diminuir o número de desapropriações, embora o foco seja melhorar a qualidade dos assentamentos.

Uma das mais ferozes críticas dos produtores ao processo da reforma agrária refere-se à dificuldade de se atingir o índice de produtividade usado pelo Incra para avaliar se a fazenda é produtiva ou não - de 46,6 arrobas (699 quilos) por hectare. O Incra alega que o índice não foi criado pela instituição, mas por uma comissão formada pelos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário e pelo Conselho Nacional de Política Agrícola, com base no censo agropecuário de 1975.

O índice praticado foi estabelecido em 1980, antes da entrada da doença da vassoura-de-bruxa na Bahia, que reduziu o rendimento no campo. Antes do aparecimento do fungo, a produtividade média era em torno de 650 a 700 quilos (43,3 a 46,6 arrobas) o hectare. Houve até uma discussão para se elevar os índices de todas as culturas, mas o movimento perdeu força e o assunto agora é "proibido" no Congresso.

Nery ressalta que o índice pode ser atingido, de acordo com a Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauceira). Mas o chefe do Centro de Pesquisa do Cacau, da Ceplac, Adonias de Castro Filho, contesta e diz que a produtividade média da região é baixa - de 18 arrobas (270 quilos) por hectare - em virtude de falta de recursos financeiros por parte dos produtores para o uso de mais insumos na cultura, por exemplo. "É injusto com o produtor, o Incra deveria considerar isso".

O superintendente do Incra diz que, além do índice de produtividade, é avaliado também o cumprimento da legislação ambiental e das relações de trabalho. E garante que somente são desapropriadas as fazendas que realmente são improdutivas. Quando o produtor é notificado, tem prazo de 30 dias para reunir documentos e apresentar projeto técnico para mostrar que está tentando atingir o índice de produtividade.

Durante o período mais grave da crise, em que havia poucos compradores para as fazendas, alguns produtores ofereciam as áreas ao Incra para serem vistoriadas visando à desapropriação. Esses casos ainda são comuns atualmente, segundo Nery.

O produtor Sergio Luz teve 330 hectares desapropriados de um total de 500 hectares em 2006, quando assumiu o comando das terras que eram do pai dele, em Ilhéus e Uruçuca. Luz comenta que agentes políticos encomendam ao Incra a desapropriação. "Fizemos várias ações, mas fomos surpreendidos pela cessão de posse pelo Incra", relata. A indenização ficou bloqueada no banco por causa da dívida rural.

O cacauicultor Márcio Ribeiro também teve uma propriedade da família, de 308 hectares, desapropriada em 2004, em Camacan. Mas até agora não recebeu a indenização. O valor avaliado na época era de R\$ 400 mil e hoje ele acredita que está em cerca de R\$ 800 mil.

A indenização da terra nua é feita com pagamento de títulos da dívida agrária (TDA) e as benfeitorias em dinheiro. O Incra informou que quem não negocia o título tem de esperar o vencimento para liquidá-lo. E que o pagamento da TDA e benfeitorias é repassado para a Justiça, já que todos os trâmites finais para desapropriação são processos judiciais e não administrativos do Incra.

A família de Ribeiro tentou reverter a desapropriação, mas em 2005 o Supremo Tribunal Federal emitiu sentença a favor de um movimento social, alegando a questão da produtividade como fundamental. "Acho que essa região toda vai acabar sendo terra de índio e de sem-terra", declara.

Desde 1990 foram estabelecidos 95 assentamentos que agregam 3.608 famílias na região, com produção diversificada. Nery confirma que alguns assentados conseguem produzir cacau com o índice indicado para a cultura e outros não.

Incra tem 'latifúndio' improdutivo em área nobre de Brasília – O Estado de São Paulo. 08/10/2012

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é dono de um latifúndio improdutivo constituído de 50 lotes nos dois bairros mais nobres de Brasília, os Lagos Norte e Sul. Cada lote tem de 800 a 1.400 m². Localizados em áreas residenciais, em nenhuma delas há construções.

Para impedir que se transformem em depósito de lixo, sejam tomados pelo capinzal ou acabem invadidos, o órgão fincou uma plaquinha na frente de cada um dos terrenos: "Propriedade do Incra".

A autarquia não pode vender nem trocar nenhum dos terrenos. Por força de mudanças na legislação, feitas durante o governo do ex-presidente Fernando Collor, eles passaram para a lista dos bens comuns da União, administrados pela Secretaria do Patrimônio, ligada ao Ministério do Planejamento. Mas a propriedade ainda é do Incra e cabe à autarquia zelar para que os lotes estejam sempre limpos.

Esse latifúndio urbano da autarquia responsável justamente por identificar terras improdutivas, desapropriá-las e nelas fazer a reforma agrária, vale pelo menos R\$ 55 milhões, conforme avaliação de corretores de imóveis que atuam no mercado de Brasília. A direção do Incra informou, por intermédio de sua assessoria, que "está de

mãos amarradas", porque a legislação não permite que se faça nenhum tipo de negócio com os terrenos.

O presidente do Incra, Carlos Guedes, torce para que o Congresso aprove uma lei que devolva ao instituto o direito de comercializar os imóveis. Se isso ocorrer, ele tentará fazer um escambo com algum dono de terreno comercial no centro de Brasília.

Privilégios no campo, por João Pedro Stédile. João Pedro Stédile - O Globo. 08/10/2012

Cantam-se loas ao agronegócio brasileiro. Há razões para isso? A que custo, social, econômico e ambiental, é mantido esse modelo agrícola? Será a única alternativa para o desenvolvimento?

As consequências da irracional depredação ambiental, causada pela voracidade de lucros de uma minoria de proprietários rurais, exigirão um posicionamento político que extrapole os interesses do mundo rural.

O agronegócio se vangloria de produzir riqueza para o desenvolvimento. A mídia, tanto pelo alinhamento ideológico com os grandes proprietários quanto por seus interesses econômicos, se encarrega de difundir tal versão.

A truculenta bancada ruralista inibe as possibilidades de debates e adota o discurso de catastrofismo frente as iniciativas que se opõem aos interesses do setor.

O agronegócio é exitoso na estratégia de aparecer como uma atividade moderna. O ex-presidente da Embrapa Eliseu Alves mostrou em estudo que o agronegócio representa apenas 8,2% dos proprietários rurais. São 22,1 mil, de um total de 5,2 milhões.

Esse estrato de proprietários responde pela maior parte da riqueza produzida na agricultura. São dados como este que fazem a fama do agronegócio.

Essa concentração não é mérito da eficiência do agronegócio. Ela se deve a políticas que privilegiaram essa parcela. Modernos e produtivos eram também os engenhos de cana do Nordeste nos séculos XVI- XIX. O que sobrou para a população? Produção de riqueza, por si só, não assegura desenvolvimento.

No outro extremo, há 3,8 milhões de proprietários rurais desassistidos de políticas públicas. Para essa população, o agronegócio tem somente uma preocupação: ganhar tempo para depois empurrá-los às periferias. Esse modelo expulsará 2/3 desses proprietários rurais.

A sociedade está disposta a bancar isso? Por que não logramos impor ao agronegócio restrições para proteger interesses da sociedade? Os grandes proprietários defendem um código florestal contrário à preservação ambiental. É necessária uma legislação que assegure a apropriação social da natureza, para que a qualidade de vida prevaleça sobre os interesses capitalistas.

A reforma agrária representa um ajuste de contas histórico: democratizar as terras agrícolas! Todos os governantes que se subordinaram ao latifúndio alegaram que não seria mais necessária. Essa desculpa esfarrapada escamoteia uma opção de desenvolvimento que menospreza os aspectos culturais, sociais, políticos e ambientais.

Reforma agrária é, também, assegurar vida digna para a população do campo, ter uma política de produção associada à preservação ambiental e se desafiar a promover o desenvolvimento nacional atendendo, prioritariamente, aos interesses do povo brasileiro.

Agronegócio inclui pequenos. Cleiber di Ribeiro Barbosa – O Globo. 08/10/2012

O agronegócio é um dos principais alicerces da economia brasileira

Por séculos, a economia se concentrou em uma faixa de duzentos quilômetros ao longo do litoral. Assim, mesmo com infraestrutura precária, o agronegócio conseguiu avançar no interior a ponto de o Brasil hoje estar entre os três maiores produtores e exportadores das mais importantes culturas agrícolas e pecuárias.

O superávit proporcionado pelo agronegócio na balança comercial é tão expressivo que o segmento pode ser comparado a um segundo "pré-sal", só que, em vez da costa, se espalha pelo interior. E já produz em grande escala. O agronegócio semeou polos de desenvolvimento em cidades médias por todo o país. Com a renda que gera, criou uma demanda para diferentes serviços, envolvendo sistemas de transportes, bancos, comércio varejista e entretenimento.

Além dos alimentos (cuja volumosa produção contribui para moderar a inflação e melhorar consideravelmente o grau de nutrição de milhões de brasileiros mais pobres), o agronegócio abriu espaço para fontes renováveis de energia. A biomassa tende a ter uma participação crescente na matriz energética do país, assim como os biocombustíveis (etanol e biodiesel).

O agronegócio precisa de grandes áreas para a produção de grãos. No Centro-Oeste, propriedades com menos de 100 hectares são pouco rentáveis ou até inviáveis economicamente. Mas há oportunidades para a agricultura familiar, especialmente na produção de alimentos. Indústrias que processam carne de frango ou de suínos têm milhares de fornecedores, a maioria dos quais pequenos produtores. Os cinturões verdes que hoje abastecem as metrópoles com hortigranjeiros são formados por sítiantes e chacareiros. A piscicultura, que já é responsável pelo salto na produção de pescados (enquanto a captura se mantém relativamente estável), é outro segmento no qual a convivência entre pequenos, médios e grandes produtores tem se mostrado factível.

A política agrícola brasileira se tornou abrangente nos últimos vinte anos, buscando atender desde a produção em grande escala até os produtores familiares. A reforma agrária, dentro dos seus propósitos originais de distribuição de terras com objetivo de reduzir a pobreza e a desigualdade no campo, acabou se esvaziando naturalmente diante dessa dinâmica do setor rural. A absorção de novas tecnologias, a mecanização, a formalização dos empregos e o respeito aos direitos trabalhistas (inclusive a aposentadoria) transformaram, para melhor, o trabalho no campo. A eletrificação, o

acesso às telecomunicações e a oferta de educação vêm tirando as famílias rurais do isolamento.

O debate que envolve o campo hoje está mais direcionado para questões ambientais e indígenas, ou de infraestrutura e produtividade. O tema fundiário perdeu relevância, porque são raras as terras mantidas como reserva de valor, sem aproveitamento.

Agricultores marcham rumo a Nova Délhi por reforma agrária – O Globo. 14/10/2012

Mais de 20% da população da Índia ainda não têm acesso à terra. Agricultores da Índia marcham para Nova Délhi AP

Eles marcham em filas — barulhentos, mas disciplinados; com os pés doendo, mas determinados. Num dado momento, os participantes da marcha e suas faixas verdes e brancas se espalham por mais de três quilômetros.

Dezenas de milhares dos cidadãos mais pobres da Índia estão numa marcha a Nova Délhi para exigir que o governo lhes dê terras onde possam viver e garantir sua subsistência. Eles insistem que é um direito fundamental e ameaçam manter a capital sob cerco caso a demanda lhes seja negada.

Há poucos lugares onde as demandas dos sem-terra são tão fortes quanto na Índia, onde mais de 70% da população ainda dependem da agricultura. Desde que o país conquistou a independência, em 1947, as autoridades empreenderam algumas reformas, mas ativistas estimam que mais de 20% da população estejam sem terra, uma situação que leva a conflitos no campo e a migração em massa para as cidades.

Trabalho em troca de trigo

A marcha a Nova Délhi é organizada pelo grupo Ekta Parishad, um movimento não violento que quer forçar o governo a fazer uma ampla reforma agrária. O grupo diz que há terra suficiente disponível para atender suas demandas.

— Dizem que não há terras para os pobres, mas quando a Tata, a Vedanta ou outra grande empresa diz que quer terra, encontram 5 mil ou 10 mil hectares em 15 minutos. Por que não há terras para os pobres, mas terras para os ricos? — diz o líder do grupo, Ragajopal P. V.

Sem terra própria, Ram Pyari Bai, que veio de uma vila em Madhya Pradesh, conta que foi obrigada a trabalhar na propriedade de outras pessoas. Em troca de oito horas de jornada diária, recebia um saco de 5Kg de trigo ou cem rúpias (R\$ 3,84). Se a família dela — dois filhos e um marido que já perdeu a visão — estivesse particularmente faminta, ela aceitava o trigo, mas, se precisava comprar algo, optava pelo dinheiro. Ela e a família viviam numa tenda feita de galhos e lonas de plástico.

Terra ou morte

A situação dela não é incomum entre os 45 mil participantes da marcha. As autoridades indianas sugeriram que pretendiam dar alguma resposta. Mas, se estão preparados para atender a todas as exigências, incluindo cerca de um décimo de hectare para construir casa para todos os sem-terra, não está claro. Relatos da imprensa indiana, no entanto, afirmam que o governo concordará com a reforma agrária em seis meses. O ministro de Assuntos Rurais, Jairam Ramesh, indicou que um acordo poderia ser fechado em Agra:

— A nação terá boas notícias da cidade do Taj Mahal.

Khet Singh, um fazendeiro banguela de Madhya Pradesh, está entre os participantes da marcha. Sem terra ou casa, ele disse que tem sorte quando faz duas refeições ao dia.

— Minha prece é que tenhamos nossas exigências atendidas e que o governo nos escute. Se o governo não nos der terra, posso me enforcar.

Conferência debate reforma agrária e crédito fundiário – Site da CONTAG. 15/10/2012

Logo após à solenidade de abertura da 2ª Plenária Nacional da Juventude Rural foi realizada a Conferência sobre acesso à terra para a juventude: Reforma Agrária e Crédito Fundiário. O painel foi coordenado pelo secretário de Política Agrária da CONTAG, Willian Clementino, e contou com a participação do presidente da Confederação, Alberto Broch, do presidente do INCRA, Carlos Guedes, e do secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Adhemar Almeida.

Broch destacou que só haverá sucessão rural se houver um processo efetivo de acesso à terra. O dirigente completou que esse painel tem um papel importante para discutir o papel da juventude rural no campo. “A reforma agrária, na visão da CONTAG, não é feita apenas com distribuição de terras. Existem outros elementos como o crédito fundiário, por exemplo”.

O presidente do INCRA assumiu que o tema da sucessão rural é novo para o instituto. “Nesse sentido, estamos trabalhando em parceria com a SRA/MDA. O nosso objetivo é viabilizar, dentro dos projetos de assentamentos rurais, ações nas áreas da cultura, lazer, dentre outras políticas. Visamos ter um Brasil Rural ainda melhor”.

Já Adhemar elogiou o papel da CONTAG no projeto de sociedade defendido pelo governo federal, principalmente ao envolver e incentivar a participação de jovens e mulheres no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Quanto à reforma agrária, o secretário da SRA/MDA defende que a reforma agrária aconteça de forma articulada a outras políticas. “Estamos criando uma linha de crédito específica para jovens dentro do PNCF”, divulga.

Depois das exposições, os(as) jovens fizeram questionamentos sobre o tema, principalmente sobre a falta de prioridade do governo federal com a política de reforma agrária. A juventude também expôs algumas denúncias e dificuldades enfrentadas na luta pela terra, como a falta de crédito, acesso à terra, regularização fundiária e

ambiental, além da necessidade de se ter uma política de educação do campo, habitação rural, dentre outras.

Incra e reitores de universidades federais aprofundam cooperação para educação na Reforma Agrária – Site do INCRA. 15/10/2012

Aprofundar a cooperação entre o Governo Federal e as Universidades Públicas nas ações de educação para a Reforma Agrária. Com este objetivo o Incra e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) estabeleceram , nesta terça-feira (09) em Brasília (DF) termo de cooperação para aprofundar as parcerias entre a autarquia federal e as Universidades Federais nas ações de ensino e extensão para assentados da Reforma Agrária.

O termo foi assinado pelo presidente do Incra, Carlos Guedes, e o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Carlos Maneschy, na sede desta entidade, em Brasília (DF). Com o termo, as reitorias passam a ter um papel fundamental na relação com o Incra. A medida propicia um ambiente institucional no governo e nas universidades para dar continuidade e evoluir o acesso de assentados aos espaços e conhecimentos da universidade por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

De acordo com o presidente do Incra, "Este é um momento muito significativo da evolução do trabalho que as tem sido feito pelas universidades em prol da Reforma Agrária. A relação entre universidades com assentamentos sempre foi fruto da iniciativa de trabalhos de setores da universidade. Gostaria de destacar o papel de todos os acadêmicos militantes da reforma agrária nas universidades que fizeram o Pronea ser o que é hoje. Este ato representa a evolução deste trabalho, passando para uma relação mais institucional entre o Incra e as Universidades Públicas".

R\$40,5 milhões para Residência Agrária

Na ocasião, o presidente do Incra lançou a chamada conjunta Nº 26/2012, entre Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Incra e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O edital disponibiliza R\$ 40,5 milhões para projetos de Residência Agrária. Cada universidade pode contar com até R\$500 mil para iniciativas que apoiem a educação de beneficiários dos programas de reforma agrária ou de seus filhos no âmbito do ensino fundamental, tecnológico ou oferecendo cursos de nível superior e de pós-graduação com temáticas voltadas para as questões da reforma agrária brasileira.

Para o presidente da Andifes e reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA), o edital é "uma oportunidade extraordinária para universidades trabalharem projetos com qualidade voltados para inserir os assentados como protagonistas. Além disso o termo assinado aqui hoje vem ao encontro do edital conjunto divulgado pelo CNPq e visa

justamente criar as condições para que estes recursos cheguem a estas comunidades com o apoio das universidades".

O Pronera

O Pronera é um programa desenvolvido em conjunto pelo Incra, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas de ensino. Desde sua criação o Pronera já atendeu a aproximadamente 385 mil alunos atendidos, dos quais 332 pelo programa Educação de Jovens e Adultos" (EJA) e em torno de 52 mil participaram do programa de capacitação e formação profissional de nível médio e superior para a reforma agrária. Na modalidade Residência Agrária já se formaram 400 alunos.

O programa também capacita educadores para atuar nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Para promover o desenvolvimento sustentável, as ações do programa têm como base a diversidade cultural e socioterritorial, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática e o avanço científico e tecnológico.

Os perigos da crescente desnacionalização das terras brasileiras – Site do MST. 16/10/2012

Em artigo para A Revista de Economia e Sociologia Rural, Sérgio Sauer e Sérgio Pereira Leite, ambos professores da Universidade Federal de Brasília (UnB), discutem a questão da estrangeirização das terras brasileiras, em artigo intitulado "Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil".

Nele, os professores falam sobre a recente "corrida mundial por terras", que acabou por transformar tanto a América Latina quanto o Brasil em alvos preferenciais para negócios, sobretudo a partir de 2002, tendo em vista o aumento considerável de investimentos estrangeiros no setor agropecuário, inclusive na compra de terras, com a participação de empresas do setor financeiro.

De acordo com pesquisas de campo, a maioria dos investimentos recentes está relacionada à produção de grãos (principalmente soja) e de cana-de-açúcar (produção de açúcar e etanol), mas também à mineração, resultando em aumento dos preços da terra, entre outras consequências em algumas regiões do Brasil.

Essa "corrida por terra" levou o governo federal a restabelecer um mecanismo legal para "controlar" esses investimentos estrangeiros em terra. Com isso, o artigo discute o processo recente de investimentos na compra de terras no Brasil, investigando causas para tais investimentos e suas principais consequências, incluindo possíveis influências sobre os preços da terra e impactos sociais e políticos nas históricas disputas pelo acesso à terra no Brasil.

[Clique aqui](#) e confira o artigo

Alunos do Pronera concluem ensino profissionalizante no Rio Grande do Sul – Site do MDA. 16/10/2012

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) forma mais uma turma de Técnico em Agropecuária, habilitação em Agroecologia, no Rio Grande do Sul. O curso foi promovido pelo Instituto Educar e beneficiou 31 jovens de assentamentos gaúchos. A cerimônia de formatura será na próxima sexta-feira (19), às 19h, no salão comunitário do assentamento Encruzilhada Natalino (Área 1), em Pontão.

Dois dias antes, nesta quarta-feira (17), eles apresentam os relatórios finais do estágio de 360 horas, feito em propriedades familiares e em cooperativas. A atividade faz parte do trabalho exigido para a conclusão do curso.

Gerônimo Pereira da Silva, por exemplo, fez o estágio no próprio Educar, aproveitando o horto medicinal do instituto para aprimorar seus conhecimentos em plantas medicinais. “Desde o início, eu tive interesse porque meu pai já trabalhava com isso. Lá na comunidade as pessoas têm um pouco dessa cultura, mas são apenas noções básicas. O objetivo é repassar o que aprendi, mostrando que as plantas podem ser usadas no cotidiano, como sucos e saladas, não só como remédio”, afirma o educando de 25 anos, que mora no assentamento Recanto, no município de Santana do Livramento.

Para Talita Lavratti, 18 anos, a formação contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal, já que de adolescente tímida com medo de falar em público, hoje ela dá aulas de agroecologia a estudantes de ensino fundamental, por meio de um projeto do município. “Abriram-se várias portas porque adquirimos conhecimentos de outras realidades. A gente pode conversar com os agricultores e ajudá-los, porque temos argumentos”. O principal plano dela é continuar os estudos de nível superior, a fim de “ajudar os assentamentos” da sua região – Jóia, no noroeste do estado.

Este é o terceiro grupo formado pelo Educar em nível médio profissionalizante, certificado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – campus Sertão. O coordenador do curso, Jeferson Boeira da Silva, explica que o foco foi a ecologia, com disciplinas específicas para essa temática, além de duas viagens, em cada etapa, para visitação de experiências de produção agroecológica.

Com duração de três anos e meio, as aulas foram divididas em sete etapas, dentro da pedagogia da alternância, que prevê tempo-escola e tempo-comunidade. “São jovens que não teriam estudado se não fosse pelo Pronera, porque o regime da alternância permite que eles voltem para suas casas e auxiliem a família”, observa Silva.

Compra de terras por estrangeiros aumenta os conflitos no campo. Vivian Fernandes – Site do MST. 17/10/2012

No Brasil, menos de 1% dos grandes proprietários detém quase 50% das terras. Na outra ponta, mais de 70% dos pequenos proprietários, agricultores familiares e camponeses possuem em torno de 24% das terras. A informação já é antiga, mas a

novidade é que aumenta a cada ano a concentração de terras por estrangeiros, em especial por empresas do setor financeiro.

Isso é o que aponta o professor da Universidade de Brasília campus Planaltina, Sérgio Sauer. Apostando na mesma análise, a ActionAid divulgou no último Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro) o Relatório Situação da Terra, sobre países da América Latina, África e Ásia. Segundo a ONG, o aumento da compra de terras por estrangeiros leva à insegurança alimentar da população local, que vê sua produção agrícola ser destinada à exportação

Para compreender a estrangeirização das terras e suas consequências, a Radioagência NP entrevistou o professor Sérgio Sauer, que também é relator do Direito Humano a Terra, Território e Alimentação da Plataforma Dhesca. Para ele, o monopólio da terra desencadeia um processo que chega até a mesa dos brasileiros, com risco de aumento da inflação e de encarecimento dos alimentos e produtos da cesta básica.

O Brasil é marcado por ser um país com alto índice de concentração de terras, qual a situação desse quadro ao longo do tempo?

A concentração das terras no Brasil – ou seja, poucos têm muita terra – é um processo histórico que remonta ao período colonial e, depois, mais recentemente, a partir da Revolução Verde no Brasil, nos anos 1960, que aprofundou esse processo de concentração. Agora nos anos mais recentes, a gente começou a perceber – alguns dizem que não é um fenômeno novo, mas ele é novo no sentido que se aprofunda – um investimento de empresas do setor financeiro, empresas do agronegócio e mesmo pessoas físicas do exterior, especialmente do [hemisfério] norte e de alguns países da Ásia, comprando terras especialmente na África e também na América Latina, em particular no Brasil.

Como explicar esse fenômeno mais recente da concentração de terras?

Uma coisa que é importante deixar claro é que a grande imprensa e os jornais, praticamente, semanalmente anunciam que empresas, inclusive empresas do setor financeiro (e isto é uma novidade) - bancos, fundos de pensão, esse setor que estava acostumado a investir mais em bolsas de valores, na especulação financeira com títulos, investimentos para rendimentos em juros, etc. – passam a investir em terra a partir de 2008.

Nós entendemos isso como parte de um contexto mais global, primeiro daquela crise norte-americana do setor imobiliário, que se estendeu para os bancos e de uma crise mais ampla, em nível mundial. Então, começou a sair recursos de alguns setores que eram chamados de capital de risco e vir para, por exemplo, aquisição de terras, que talvez é menos lucrativo do ponto de vista imediato, mas é mais seguro.

E o que justifica esse aumento na compra de terras?

Como há um aumento da população, nós já chegamos a 7 bilhões de habitantes, e há um aumento do poder aquisitivo de alguns países, como a China, então a tendência é de ter uma demanda maior de alimentos. Só que, isso são dados do Banco Mundial, esses investimentos, especialmente na África, estão vinculados não à produção de alimentos,

apesar de esse ser o discurso, mas à produção das chamadas commodities agrícolas: grãos, como soja para alimentação animal (ração) ou para produção de biocombustíveis, biodiesel, etanol da cana.

E uma segunda vertente, agora mais recente, é a especulação, a busca e a demanda por minérios, os chamados recursos naturais – especialmente na África ainda –, minério de ferro, madeira, água. Um terceiro aspecto é que parte significativa desses investimentos são especulativos, ou seja, há investimentos no setor, compra de terras e tal, sem que haja perspectiva de produção, só para reserva de valor. Compra-se uma grande área e espera os preços subirem para revender e, com isso, ganhar dinheiro só nessa compra e venda, que a gente chama de especulação imobiliária.

Quais as consequências desse processo para a sociedade?

A primeira delas é de que esses investimentos estrangeiros vêm na mesma direção da concentração da propriedade da terra. Se antes eram poucos brasileiros que concentravam muitas terras; agora são esses mesmos poucos brasileiros e algumas empresas ou pessoas físicas estrangeiras adquirindo grandes quantidades. Associado a isso, há uma tendência nesses investimentos de concentrar e monopolizar a produção, é na compra dos produtos da terra. Então, é um segundo problema que impacta, por exemplo, sobre preços: se tem um grande monopólio, essas empresas põem o preço que elas quiserem nos produtos, porque elas controlam os produtos.

Em terceiro lugar, e aí é importante dizer que no ano passado, em 2011, um dos motivos pelos quais o Brasil ficou novamente ameaçado com a inflação acima do que tinha sido estabelecido, era por causa do aumento do preço dos alimentos, da cesta básica. E uma quarta, é o seguinte, como há uma demanda por terra de camponeses sem terra, de comunidades quilombolas que não têm seus territórios demarcados, de povos indígenas que ficam constantemente com ameaças sobre seus territórios; uma quarta consequência para a sociedade é que aumentou a demanda por terras, aumentou a concentração, tende a aumentar os conflitos pelo acesso à terra e pelos direitos territoriais.

Incra fecha parceria com municípios para desenvolvimento rural no sul e sudeste paraense – Site do MDA. 17/10/2012

Estruturar a regularização fundiária e ambiental e facilitar a chegada de um conjunto de políticas públicas que contemplem não apenas os assentamentos da reforma agrária, mas, também, as famílias que vivem no seu entorno. Esta é uma das principais metas estabelecidas pelo Incra para as regiões sul e sudeste do Pará, que concentram cerca de 500 assentamentos da reforma agrária.

As diretrizes foram apresentadas pelo presidente do Incra, Carlos Guedes, durante audiência nesta quarta-feira (17) com o deputado federal Asdrúbal Bentes (PA). O deputado estava acompanhado dos prefeitos eleitos João Salame (Marabá), Pedro Paraná (São Domingos do Araguaia) e Divino do Posto (Eldorado dos Carajás). Os prefeitos relacionaram a necessidade de melhorias em assentamentos da reforma agrária e se colocaram à disposição para trabalhar em parceria com o Incra.

Guedes reiterou que levar essas políticas para o meio rural brasileiro só será possível com o apoio dos municípios. Ele informou que a partir de 2013 as casas para os assentados não serão mais feitas pelo Incra, mas pelo programa Minha Casa, Minha Vida. A abertura, recuperação e manutenção de estradas, por sua vez, ficarão a cargo do PAC 2 Infraestrutura. Acrescentou, ainda, que os assentamentos da Amazônia terão assistência técnica diferenciada e encorajou os prefeitos a fazerem aquisição de alimentos produzidos em áreas de reforma agrária, por meio do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (Pnae), dinamizando, assim, a economia local.

Guedes informou que o Incra estabeleceu o compromisso de recuperar o passivo ambiental dos assentamentos até o ano de 2019, o que vai possibilitar o incremento da renda dos assentados, já que a restauração poderá ser consorciada entre espécies nativas e comerciais. O deputado federal Asdrúbal Bentes lembrou que a região já possui mercado para o carvão, que são as guseiras do polo de Marabá.

Para atender às demandas apresentadas na reunião foi definida a criação de um grupo de trabalho entre o Incra e as prefeituras para fechar um modelo de programa que abranja todos os pontos discutidos. A intenção é, em três semanas, começar a organizar um plano de ação e abrir 2013 com ele em andamento. A meta é chegar ao final de 2014 com a efetiva implementação das ações.

Agricultores de assentamento lucram com feira, encomendas e alimentação escolar – Site do INCRA. 16/10/2012

Seis famílias do assentamento Santa Maria do Ibicuí, implantado pelo Incra no município de Manoel Viana (RS), apostaram na produção orgânica, plantaram cinco mil pés de morangos, e agora estão colhendo os resultados positivos da iniciativa. São 60 quilos por semana da fruta, que é comercializada na feira da reforma agrária do município, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e, de muitas encomendas.

As famílias faturam cerca de R\$ 200 cada uma na feira que acontece todas as sextas-feiras, no centro da cidade. “A feira surgiu em agosto de 2012, com o apoio da prefeitura, para estimular a venda dos produtos do assentamento, declara o engenheiro agrônomo da Emater”, Leandro Filipin Vezzosi

Já para os assentados, a feira e a inserção no PNAE, serviu para consolidar na cidade os produtos que os agricultores estavam produzindo, principalmente os morangos orgânicos. “No início do ano passado, comecei a plantação com cem pés da fruta”, diz o presidente da associação dos agricultores, Francisco Lopes de Castro. “Como vendi tudo, convidei outras famílias, na época, para aumentar a produção”, conta ele

Deu tão certo, que o morango foi parar na feira. “Comercializamos atualmente de 70 a 80 bandejas (de 250 gramas cada uma), com preço de R\$ 2,50. Nosso rendimento ultrapassa R\$ 200, incluindo os hortigranjeiros, como alface, repolho, rúcula, couve-flor, cebolinha”, menciona o agricultor.

Inserção na alimentação escolar

Com a ajuda e assistência da Emater local, 22 famílias do assentamento conseguiram também fechar contratos com o PNAE para escoar a produção de morangos, hortigranjeiros, frutas como laranja e bergamotas, arroz e, principalmente, carne bovina, declara Leandro Vezzosi.

“São três escolas do município e uma estadual que são abastecidas com os produtos do assentamento”, afirma o agrônomo. Os agricultores estão com participação de quase 100% na feira e garantem 60% da merenda escolar, ele comemora.

Incra, MDA e CNPq destinam R\$ 40 milhões para o desenvolvimento de Residências Agrárias – Site do MDA. 22/10/2012

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) disponibilizam, até 19 de novembro, recursos de R\$ 42 milhões para universidades federais desenvolverem projetos de pesquisa e extensão rural voltados para a inovação tecnológica e o desenvolvimento de assentamentos da Reforma Agrária.

O objetivo da chamada pública CNPq/MDA-Incra nº26/2012 é oferecer recursos para a criação de programas de Residência Agrária, coordenados pelas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), interessadas em desenvolver ações de apoio a políticas sociais de fomento da produção nos assentamentos rurais. Cada projeto tem até R\$ 500 mil anuais para custeio de ações - para os exercícios 2013, 2014 e 2015.

A chamada pública prevê, ainda, o pagamento de até 58 bolsas mensais do CNPq por núcleo de residência agrária para o próximo triênio. A quantidade e os valores das bolsas mensais que se enquadram nas modalidades do CNPq são: duas bolsas EXP-B, de R\$ 3 mil cada; três bolsas EXP-C, de R\$ 1,1 mil cada; 50 bolsas ATP-A, de R\$ 550, cada e três bolsas IEX, de R\$ 360, cada. Os institutos, departamentos e centros interessados devem apresentar plano de trabalho e termo de cooperação, conforme os modelos disponíveis na chamada.

Como funciona

O edital tem foco na qualificação da formação de professores, alunos e técnicos extensionistas, na geração de conhecimentos, capacitação técnico-profissional e nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) junto aos assentados. Isso, considerando os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação do Campo e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) (Decreto 7.352/2010), do Programa Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização (Terra Sol), e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010).

Serão apoiados projetos que articulem ensino, pesquisa e extensão inovadora e que venham a aperfeiçoar e incrementar as ações já desenvolvidas no âmbito dos projetos

educacionais, além de capacitação, assistência técnica e fomento à agroindustrialização e comercialização nos assentamentos de Reforma Agrária, disponibilizando os seus resultados para a sociedade brasileira.

As linhas temáticas são: fomento à organização para acesso aos mercados institucionais, como os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (Pnae); apoio a processos de beneficiamento/agroindustrialização de produtos pelos grupos, associações e cooperativas de assentados/agricultores familiares; apoio a processos de gestão administrativa de grupos, associações e cooperativas de assentados/agricultores familiares; agroecologia e sustentabilidade na produção agrícola, pecuária, atividades pluriativas e manejo de recursos naturais nos assentamentos rurais; capacitação para extensionismo tecnológico articulado às ações de combate à pobreza nos assentamentos rurais; comunicação, projetos artísticos e culturais em comunidades de assentamentos rurais; formação de educadores e novas metodologias para a educação do campo; uso de metodologias participativas aplicadas à pesquisa, assistência técnica e extensão rural.

A divulgação dos resultados será feita no Diário Oficial da União e na página do CNPq na internet, a partir de 10 de dezembro de 2012. O apoio às propostas aprovadas será iniciado a partir desta data.

Incra lança Plano de Titulação e Regularização Ambiental dos Assentamentos em Rondônia- Site do MDA. 25/10/2012

Garantir que a produção das famílias assentadas pela reforma agrária em Rondônia seja feita de maneira sustentável e com segurança jurídica. Essa é a proposta do Plano de Titulação e Regularização Ambiental dos Assentamentos de Rondônia. Fruto de parceria entre o Incra e o Governo do estado, o plano será oficialmente lançado nesta sexta-feira (26), às 7h30, no auditório do Incra/RO, em Porto Velho, e contará com a presença do presidente do Incra, Carlos Guedes, e do governador Confúcio Moura.

Na solenidade, também será firmado Termo de Cooperação Ambiental entre o Incra, a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (Sedam) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes). O termo permitirá dar celeridade à emissão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) dos lotes e também à expedição das licenças prévias (LP) e de instalação e operação (LIO) dos assentamentos.

O acordo prevê ainda assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com os produtores rurais assentados para recuperação de áreas degradadas. “É vontade do Incra e do governador garantir que os assentamentos produzam, mas sempre com respeito ao meio ambiente”, explica o superintendente do Incra/RO, Luiz Flavio Carvalho Ribeiro.

Também serão beneficiados pelo trabalho conjunto os moradores dos assentamentos Jequitibá e Margarida Alves, cujos processos para realizar o manejo florestal receberam anuência do Incra e começam a ser analisados pela Sedam. “É um sonho antigo para que possamos trabalhar e que agora vai virar realidade”, revela Salustiano Lacerda, assentado no projeto Jequitibá.

Títulos definitivos

Outro ponto de destaque da parceria é a titulação definitiva dos agricultores assentados em projetos do Incra. Graças ao trabalho do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria de Agricultura (Seagri) foram georreferenciadas (medidas de acordo com as coordenadas geográficas e com descrição das características, limites e confrontações) as parcelas dos assentamentos Machadinho e Buritis.

Tal trabalho foi entregue ao Incra no início de outubro e já permitiu o início da expedição dos títulos definitivos. Vinte documentos serão entregues aos assentados nesta sexta-feira, às 10h, no Centro Cultural de Machadinho D'Oeste e, às 15h, no Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Helio Rossani, em Buritis.

Esses títulos representam o princípio de um trabalho de titulação dentro dos assentamentos que, em complementação ao Programa Terra Legal Amazônia (que titula posses fora dos projetos do Incra) pretende pôr fim à insegurança jurídica de quem trabalha no meio rural sem ter o título da propriedade em mãos.

Criação de assentamentos

Durante sua visita a Rondônia, o presidente do Incra ainda assinará as portarias de criação de três assentamentos: Águas Claras, localizado em Vilhena, que beneficiará 61 famílias; Renato Natan, em Corumbiara, com lotes para 30 famílias; e Belo Horizonte, em Machadinho D'Oeste, onde 424 famílias serão assentadas.

Reforma Agrária no Ar. Eduardo Sales de Lima – Site do MST (Brasil de Fato). 25/10/2012

Para Silvio Mieli, jornalista e professor da faculdade de Comunicação e Filosofia da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), a concentração de poder nos meios de comunicação é um espelho da concentração fundiária. “Os primeiros grilaram terras públicas ou compraram terras de grileiros. Os últimos se apossaram do espectro eletromagnético por favorecimentos políticos e pelo poder econômico, ou ambos os casos.”

A opinião do jornalista soma-se às recentes manifestações pela democratização na comunicação no Brasil, como a que ocorreu no dia 15 de outubro, em frente ao hotel Renaissance, onde estava ocorrendo um encontro da SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa). Na ocasião, representantes do Coletivo Intervezes e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), entre outras organizações, levantaram cartazes denunciando abusos praticados por emissoras de rádio e televisão, jornais e revistas.

Aliás, uma das conclusões do recente estudo do pesquisador Tiago Cubas, do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera/Unesp), “São Paulo Agrário: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009”, vai justamente nessa direção. A de que a mídia corporativa totaliza a visão das relações capitalistas no campo; daí estereotipa e não aceita sujeitos e modos de produção alternativos.

Na entrevista a seguir, Silvio Mieli analisa a atual conjuntura de luta pela democratização da comunicação no Brasil.

Brasil de Fato - Há tempos existe a violência física cometida pelo poder público ou privado sobre os sem-terras, por meio de policiais e seguranças. A cobertura mídia tradicional aborda tais ocorrências de forma tendenciosa. Por que a violência contra o pobre é tão naturalizada e até ignorada pela mídia corporativa até hoje?

Silvio Mieli - Em primeiro lugar é preciso lembrar que a mídia é ultraconservadora. O conservador acha natural que 1 bilhão de pessoas passem fome no mundo. Também passa a ser natural — e típico dos conservadores — que se use de violência contra aqueles que querem sair dessa situação. Como diz o filósofo Giorgio Agamben, a mídia gosta de pessoas indignadas, porém passivas. Os grandes jornais não terão nenhum prurido em mostrar crianças famintas num lixão qualquer da vida, mas reprovarão veementemente qualquer ação direta para corrigir essa injustiça. Ora, o mesmo modelo de concentração fundiária se espelhou para os meios de comunicação no Brasil.

Os primeiros grilaram terras públicas ou compraram terras de grileiros. Os últimos se apossaram do espectro eletromagnético por favorecimentos políticos e pelo poder econômico, ou ambos os casos. É por essas e outras que o sistema é capaz de tudo quando se trata de discutir a propriedade da terra ou de um meio de comunicação. Não por acaso o slogan da democratização dos meios de comunicação nos anos 1980 era: Reforma Agrária no Ar. Na terra como na mídia estamos lidando com os mesmos problemas: a questão da propriedade, o seu uso social e quais modelos de desenvolvimento devem ser colocados em prática.

Em termos práticos, que tipo de relação existe entre os jornais locais (e os nacionais) e o agronegócio para tratar os camponeses pobres sempre de forma criminosa?

Todas as famílias que monopolizam os meios de comunicação no Brasil são (direta ou indiretamente) grandes proprietários de terra. A família Saad (grupo Bandeirantes), que recentemente também entrou no ramo da mídia impressa, é de grandes pecuaristas, Octávio Frias (pai) era um dos maiores granjeiros do país.

Portanto, além do servilismo ao poder, existem interesses diretos no setor. Muitos políticos, mesmo os que se acham muito poderosos, viraram office-boys das grandes corporações. Quanto aos grandes veículos de comunicação, transformaram-se em promoters de eventos dessas grandes empresas.

Após a chamada “redemocratização” (pós-ditadura), qual tem sido o peso das mídias (locais e nacionais) no processo de naturalização da violência aos pobres e sem-terras e no entrave à reforma agrária?

Costumo dizer que a mídia não é o 4o. poder, mas o 5o elemento. Temos a água, terra, fogo, ar e... os meios de comunicação. Vivemos imersos neles. Daí a importância da qualidade do que se produz nesse meio. Mas no nosso caso brasileiro, será que podemos falar realmente de “redemocratização” se, dentre tantos problemas herdados da ditadura, o acesso aos meios é tão limitado ?

Eis uma outra dimensão da vida nacional que vive num estado de exceção permanente. A ditadura configurou um modelo comunicacional que, mesmo findo o regime militar, continua de pé. É só pesquisar o papel da mídia corporativa nos últimos grandes embates relativos às questões ambientais e agrárias para verificar como se comportam (Raposa Serra do Sol, MP 458, Código Florestal, Belo Monte...).

O que um governo progressista ou a própria sociedade mais esclarecida poderiam fazer para pressionar esses veículos por uma comunicação mais equilibrada?

Vejamos o exemplo da pentecostalização da mídia no Brasil. Considero a invasão dos meios de comunicação por corporações que se autodenominam igrejas um dos maiores problemas contemporâneos na comunicação de massa no Brasil. Já convivíamos com uma série de outros problemas, agora temos mais essa. O que o Estado fez? Ampliou o espaço e o poder desses grupos, inclusive através de alianças político-partidárias.

Entregou redes de televisão para grupos que não representam nenhuma força cultural local, agridem as tradições religiosas de matrizes africanas e fazem proselitismo do capitalismo como religião. É claro que é preciso lutar pelo controle social da mídia, mas acho que o caminho não é o de reformar o que está aí, nem de cortar as propagandas estatais.

A mesma tática do MST deve ser usada na luta pela democratização da comunicação: a ocupação do espectro improdutivo (seja no âmbito social, cultural ou pedagógico, que inclusive tem respaldo constitucional). Não me refiro a ocupar os estúdios da Globo, mas, para além do espaço que o movimento social vem conquistando na internet, lutar por canais de comunicação para os movimentos. Por que não uma MSTV, uma TV do MST? Chegou a hora de os movimentos sociais falarem ao povo diretamente, sem intermediários e não só pela internet, mas também através das ondas eletromagnéticas, ou do que restou delas.

Terra Legal monitora trabalho de georreferenciamento no Amazonas – Site do MDA. 25/10/2012

Equipes do Programa Terra Legal Amazônia acompanham nesta semana o trabalho de georreferenciamento de imóveis rurais no Distrito Santo Antônio do Matupi (Km 180 da Rodovia Transamazônica – BR 230), no município de Manicoré (AM), localizado no Território da Cidadania Madeira.

A ação é preventiva para mediar possíveis conflitos sobre a divisa das posses que estão sendo medidas e atende à demanda dos moradores da região para a condução tranquila dos trabalhos.

O coordenador estadual do Programa, Luiz Antônio Nascimento, destaca que já foram georreferenciados 600 imóveis no distrito e que, neste momento, a presença de representantes do programa é importante para evitar o surgimento de conflitos.

“Estamos atuando de forma preventiva para evitar qualquer conflito na região, o que impediria a titulação. O mais importante é que saímos com a certeza de ter atendido à demanda da comunidade”, destaca Nascimento, ao lembrar que durante toda a semana,

além de visita às propriedades georreferenciadas, foram feitas reuniões com representantes dos agricultores, órgãos de segurança pública e sociedade civil organizada.

No estado do Amazonas, o Terra Legal Amazônia já cadastrou mais de 12 mil imóveis para o processo de titulação e 6.888 já estão georreferenciados, totalizando uma área de 408,5 mil hectares medidos em 19 municípios.

Programa Terra Legal Amazônia

Coordenado pela Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Serfal/MDA), o programa foi criado em 2009 com o objetivo de regularizar áreas e imóveis rurais localizados em terras públicas federais não destinadas na Amazônia Legal. Incluem-se nessa classificação aquelas que não sejam consideradas reservas indígenas, unidades de conservação, áreas de marinha, locais reservados à administração militar e florestas públicas.

Produtores da agricultura familiar e comunidades locais têm prioridade no atendimento do Terra Legal. Os benefícios do programa são diversos, com destaque para a redução do desmatamento e o aumento da produtividade dos agricultores familiares. Ao receber o título de posse do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou a reflorestar a área desmatada.

Delegação de Moçambique conhecem realidade fundiária e gestão de terras no Paraná – Site do INCRA. 26/10/2012

Uma comitiva composta por prefeitos e técnicos da Direção Nacional de Terras e Florestas de Moçambique estiveram hoje na superintendência do Incra no Paraná para conhecer as experiências da autarquia brasileira na gestão de terras e conhecer a realidade fundiária brasileira.

A comitiva moçambicana visita nosso país para participar de uma oficina de Intercâmbio Profissional Brasil-Moçambique. O evento, organizado localmente pelo Instituto Ambiens de Pesquisa, Educação e Planejamento, contou com a participação de nove prefeitos de municípios moçambicanos e de técnicos da Direção Nacional de Terras e Florestas de Moçambique (DNTEF).

Segundo o prefeito do município de Quelimane, Manoel António Alculete Lopes de Araújo, o objetivo da visita é a construção de um cadastro unificado para a gestão de terras no país africano, aqui eles buscam capacitação em administração e gestão territorial, enfatizando a experiência da cidade de Curitiba e do estado do Paraná.

Além do Incra houveram as atividades da Oficina incluíram também visitas técnicas ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Curitiba (SMU), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), Instituto de Terras, Cartografias e Geociências (ITCG), Serviço Social Autônomo Paranaense e as áreas Parolin e Vila Audi-União, com acompanhamento de técnicos da COHAB-CT, onde os visitantes puderam observar o processo de urbanização e regularização

fundiária. As visitas monitoradas pela arquiteta e urbanista Laura Bertol e por Giovanna Milano, advogada, focaram operações e responsabilidades institucionais na gestão territorial, funcionamento do cadastro de terras e sistema de planejamento urbano de Curitiba, bem como a gestão do solo no âmbito metropolitano.

Para o superintendente do Incra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes, embora os contextos históricos e sociais sejam particulares de cada país, o programa de ordenamento fundiário visa os mesmos objetivos. "O Incra no Brasil bem como a Direção Nacional de Terras e Florestas de Moçambique atuam na migração das famílias da plena exclusão, para a plena cidadania, tendo o controle sobre a posse de terras e inserindo o Estado em questões estratégicas como a segurança alimentar de seu povo, a preservação ambiental e a gestão do seu território".

Reaf debate acesso à terra e políticas de gênero – Site do MDA. 26/10/2012

A 35ª Seção Nacional Brasileira da Reaf no Mercosul discutiu, nesta sexta-feira (26), questões ligadas aos grupos de trabalho Acesso à Terra e Reforma Agrária e Políticas de Gênero, no Bloco A do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em Brasília. O debate define as estratégias da atuação do Brasil na 18ª Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercado Comum do Sul (XVIII Reaf Mercosul), que ocorrerá entre 11 e 15 de novembro, em Porto Alegre (RS).

O coordenador nacional da Reaf Mercosul, Francesco Pierri, destacou a grande participação da sociedade civil organizada no evento. "Mais uma vez a seção nacional da Reaf consegue aglutinar um grande número de entidades, o que garante um debate democrático e qualifica a intervenção brasileira neste importante fórum para a agricultura familiar no Mercosul", afirmou.

Pierri lembrou, também, que as organizações da sociedade civil que articulam agricultores familiares irão presidir uma mesa redonda na XVIII Reaf, voltada a preparar, no âmbito do Mercosul, a organização dos eventos do Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014 (Aiaf 2014). A iniciativa é do Fórum Rural Mundial, integrado pelas organizações sociais brasileiras que tiveram protagonismo na campanha para o Aiaf 2014.

Reforma Agrária

O debate sobre o acesso à terra dos povos e comunidades tradicionais dominou a pauta do Grupo de Trabalho Acesso a Terra e Reforma Agrária. A diretora de Programas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), Bárbara Oliveira, apresentou os avanços do projeto Quilombo das Américas, iniciativa da Seppir que articula a intervenção de 23 ministérios, que compõem o Comitê Gestor do Programa.

O programa é coordenado pela Seppir em conjunto com a Casa Civil da Presidência da República e os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Cultura (MINC) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Além disso, atua em três eixos

para garantir a autonomia desta comunidade: acesso à terra e soberania alimentar, inclusão produtiva e desenvolvimento local, direitos e cidadania.

Para Bárbara, o espaço da Reaf é fundamental para ampliar o debate e articular as ações nos países com maior número de comunidades descendentes de escravizados. “O Brasil está levando para o Mercosul uma proposta objetiva para atender à demanda das comunidades quilombolas nos países da América Latina. Articular essa intervenção por dentro da Reaf é fundamental, já que a maioria dos quilombolas é agricultor familiar”, destacou.

Seminário

Durante o debate do Grupo de Trabalho de Políticas de Gênero foi apresentada a programação do Seminário Melhoramento das Estatísticas para Igualdade de Gênero, ação que busca nivelar o conhecimento sobre a realidade das agricultoras familiares e trabalhadoras rurais no Mercosul. A iniciativa é da FAO, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A diretora de Políticas para as Mulheres Rurais, Karla Hora, avalia como positivo o debate promovido pela seção nacional da Reaf. “A etapa nacional possibilita que todas as mulheres representantes das organizações que participam da Reaf Mercosul pelo Brasil possam se mobilizar e intervir de forma qualificada. Este espaço também é fundamental para avançar na agenda política da superação da desigualdade entre homens e mulheres no Mercosul”, conclui.

Durante a tarde os participantes da seção nacional da Reaf traçaram estratégias de organização para a 18ª Reaf Mercosul. Participaram da seção nacional representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), Conselho Nacional das Populações Extrativistas da Amazônia (CNS), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (Inesc).

Incra elabora plano de combate ao desmatamento ilegal em assentamentos da Amazônia – Site do INCRA. 29/10/2012

A primeira oficina de trabalho para a construção do Plano de Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia Legal (PPCADI), foi encerrada na sexta-feira (26), na cidade de Belém (PA). O evento teve a duração de cinco dias e contou com a participação de servidores das Superintendências Regionais de Belém (SR-01), Marabá (SR-27), Santarém (SR-30) e Unidade Avançada de Altamira.

A elaboração do PPCADI está sendo coordenada pela Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos (DT), por meio da Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais (DTM), que realizará mais três oficinas, nas cidades de Manaus, Porto Velho e Belém (onde reunirá integrantes do Amapá, Tocantins e Maranhão).

As diretrizes do Plano estão divididas em quatro eixos: regularização ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR), por unidade familiar; recuperação ambiental com renda e segurança alimentar para as famílias; valorização do ativo florestal, com destaque a projetos de assentamento ambientalmente diferenciados (onde vivem as mais de 17 mil famílias que recebem o Bolsa Verde) e o monitoramento e controle dos assentamentos.

De acordo com o Coordenador-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Incra, Carlos Eduardo Portella Sturm, após concluir essa fase de definição de metas por Superintendência, o Plano deverá ser apresentado para outros órgãos governamentais e da sociedade civil visando firmar parcerias para a sua execução. Deverá ainda fornecer subsídios para a elaboração de projetos de captação de recursos junto a fundos financiadores de ações ambientais, como por exemplo o Fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES.

Segundo Sturm, o PPCADI é resultado de um trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2010 pelo Incra, quando foi instituída uma metodologia de análise de dados de desmatamento na Amazônia, que possibilitou o acesso a informações mais precisas sobre onde ocorrem os maiores avanços no desmatamento ilegal. A partir destas informações é que está sendo possível planejar ações específicas para cada grupo de assentamentos.

Incra elabora plano de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia – Site do MDA. 29/10/2012

A primeira oficina de trabalho para a construção do Plano de Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia Legal (PPCADI), foi encerrada na sexta-feira (26), em Belém (PA). O evento teve a duração de cinco dias e contou com a participação de servidores das superintendências regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nos municípios de Belém, Marabá e Santarém, além da Unidade Avançada de Altamira.

A elaboração do PPCADI é coordenada pela Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos (DT) do Incra, por meio da Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais (DTM), que fará mais três oficinas, em Manaus, Porto Velho e mais uma em Belém para reunir os servidores do Maranhão e Tocantins.

As diretrizes do Plano estão divididas em quatro eixos: regularização ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR), por unidade familiar; recuperação ambiental com renda e segurança alimentar para as famílias; valorização do ativo florestal, com destaque a projetos de assentamento ambientalmente diferenciados (onde vivem as mais de 17 mil famílias que recebem o Bolsa Verde) e o monitoramento e controle dos assentamentos.

Parcerias

O coordenador-geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Incra, Carlos Eduardo Sturm, explica que após concluir essa fase de definição de metas por superintendência, o Plano será apresentado para outros órgãos governamentais e da sociedade civil com o objetivo de firmar parcerias para a sua execução. O plano ainda vai fornecer subsídios

para a elaboração de projetos de captação de recursos junto a fundos financiadores de ações ambientais, como o Fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES.

Segundo Sturm, o PPCADI é resultado de um trabalho desenvolvido desde 2010 pelo Incra, quando foi instituída uma metodologia de análise de dados de desmatamento na Amazônia, que possibilitou o acesso a informações mais precisas sobre onde ocorrem os maiores avanços no desmatamento ilegal. A partir destas informações é que está sendo possível planejar ações específicas para cada grupo de assentamentos.

Parceria entre Incra e governo de Rondônia acelera regularização fundiária e ambiental – Site do MDA. 29/10/2012

O Plano de Combate, Prevenção e Alternativas ao Desmatamento Ilegal, que será implementado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em toda a Amazônia Legal, começa por Rondônia, onde o governo estadual avançou no processo de regularização fundiária e ambiental. A partir de agora, todos os títulos de imóveis e posses rurais serão emitidos com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que representa a regularização ambiental dessas áreas.

Como resultado da estratégia, o Incra, em parceria com o governo estadual, lançou na sexta-feira (26), em Porto Velho, Machadinho D'Oeste e Buritis, o Plano de Titulação e Regularização Ambiental dos Assentamentos de Rondônia, que prevê a vistoria para titulação de aproximadamente 20 mil lotes em assentamentos até 2015. Também foram entregues títulos em assentamentos de Machadinho e Buritis, já com o CAR.

O evento contou com as presenças do presidente da autarquia, Carlos Guedes, do governador de Rondônia, Confúcio Moura, e do superintendente regional do Incra, Luis Flávio Carvalho Ribeiro. Para dar suporte à iniciativa conjunta foi assinado o Termo de Cooperação Técnica entre o Incra e as secretarias de Desenvolvimento Ambiental (Sedam) e Desenvolvimento Socioeconômico (Sedes). A meta é possibilitar agilidade na emissão do CAR dos lotes dos assentamentos, licenças prévias (LP) e licenças de instalação e operação (LIO), além da celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com as famílias assentadas para a recuperação de áreas degradadas.

Guedes destacou que as ações de desenvolvimento agrário com esse novo enfoque começam pela Amazônia sob a perspectiva da conservação, do reconhecimento de direitos e que terá como resultado a regularização fundiária e ambiental. “O Incra vai trabalhar em parceria com o governo estadual e os municípios. Aqui em Rondônia vemos que é possível produzir e preservar a Amazônia sem tirar as pessoas das áreas”, ressaltou.

Qualidade

O governador Confúcio Moura destacou o novo foco do Incra na busca por meios e instrumentos para a regularização fundiária e a melhoria da qualidade de vida nos assentamentos. “Queremos assentamentos dignos, em lugares que tenham estradas, moradia, energia, telefone, internet, onde todos tenham o direito de viver com orgulho.

Com essa regularização, Rondônia poderá dobrar sua riqueza”. Para Confúcio Moura tudo se resume em vontade e decisão política, por isso se colocou ao lado do Incra no que considerou “a maior e mais necessária política para esse estado”.

Entre as ações do plano foi incluída, também, de acordo com o superintendente regional do Incra, Luis Flávio Carvalho Ribeiro, a entrega de Anuência Ambiental para as associações de produtores rurais do Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Jequitibá e do assentamento Margarida Alves. O documento é o primeiro passo para a concretização dos planos de manejo florestal sustentado.

Recuperação ambiental

A Secretaria de Desenvolvimento Ambiental possui 75% do acervo fundiário do estado digitalizado, o que corresponde a mais de 117 mil áreas. Esse levantamento é resultado de parcerias, dentre elas com o Programa Terra Legal Amazônia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Baseada nesses dados, a Sedam aferiu que apenas 10% das áreas dos assentamentos precisam promover a recuperação ambiental com indução, ou seja, plantio para recuperação das áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente que se encontram degradadas ou desmatadas. Mesmo assim, conforme explicou a secretária Nanci Rodrigues, onde a mata ciliar não estiver totalmente degradada, basta isolar a área para que a regeneração ocorra naturalmente.

A indicação das áreas a serem recuperadas constam no CAR. O cadastro armazena todas as informações da propriedade em um banco de dados georreferenciados, para identificar os proprietários dos imóveis e acompanhar o estado das Áreas de Reserva legal e Preservação Permanente e Uso Alternativo do Solo.

A corrida estrangeira pela terra brasileira – Site do MST (IHU). 30/10/2012

A compra de terras por empresas estrangeiras está aumentando em “países cuja governança sobre a terra é frágil, as negociações são pouco transparentes e, em muitos casos, sem consulta prévia às populações envolvidas ou potencialmente atingidas pelos empreendimentos”, informa Maíra Martins, pesquisadora da ActionAid Brasil à IHU On-Line. Segundo ela, os dados do relatório “Situação da Terra”, realizado pela ONG, indicam que, diante da crise econômica internacional, “a garantia do direito à terra, acesso aos territórios e meios de vida das comunidades e populações pobres no meio rural é crucial para o combate à fome e para a redução das desigualdades no mundo”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, Maíra esclarece que a aquisição das terras aumentou após a crise econômica de 2007 e 2008. “No contexto da crise financeira e econômica, muitos investidores voltaram-se para o mercado de terras. A chamada ‘corrida por terras’ se deve também à demanda por biocombustíveis e matérias primas, com destaque para algumas commodities como milho, soja, cana-de-açúcar, dendê e florestas plantadas (eucalipto), cultivos estes voltados para exportação”.

E acrescenta: “Estima-se que as transações com terras, cuja média era de 4 milhões de hectares por ano até 2008, saltaram para 45 milhões de hectares somente entre outubro de 2008 e agosto de 2009, sendo grande parte dessas negociações, em torno de 75%, no continente africano”.

O processo de estrangeirização das terras brasileiras ocorre desde os anos 1970, mas a partir de 2008, “também houve a intensificação da participação de estrangeiros em investimentos agropecuários, bem como na aquisição de terras no Brasil, acompanhando a tendência global”, informa.

De acordo com a pesquisadora da ActionAid, o continente Africano é o principal alvo de interesse das empresas. “Em 2010, o Banco Mundial estimou que cerca de 46 milhões de hectares de terra agricultáveis haviam sido negociados no continente. Grande parte dessas aquisições ocorre em países com altos índices de fome e pobreza, cuja legislação e governança sobre a terra são frágeis, bem como os meios para proteger os direitos das populações afetadas”.

Maíra Martins é assessora de pesquisa e políticas da ActionAid Brasil, socióloga e mestre em Ciências Sociais com foco em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são os dados mais preocupantes do relatório “Situação da Terra” em relação à compra de terras tradicionais por empresas estrangeiras e a crise alimentar?

Maíra Martins – O relatório trata do problema das aquisições de terra em larga escala em países em desenvolvimento. Dividido em duas partes, na primeira apresenta os impactos da corrida por terras para as comunidades rurais e, em especial, para as mulheres. Na segunda parte analisa a situação de 24 países no que concerne a sua situação fundiária e sua capacidade (política, legal e jurídica) para proteger os direitos territoriais das populações e comunidades, cujo meio de vida depende da terra e dos recursos naturais.

Chama atenção para o fato de que grande parte dos investimentos em compras de terras tem se dado em países cuja governança sobre a terra é frágil, as negociações são pouco transparentes e, em muitos casos, sem consulta prévia às populações envolvidas ou potencialmente atingidas pelos empreendimentos.

Apesar de pequenos agricultores produzirem quase a metade dos alimentos no mundo, eles constituem a população mais fragilizada, em situação de miséria e fome, cuja ausência de titularidade ou posse da terra os torna mais vulneráveis. No caso das mulheres a situação é mais grave: embora tenham papel crucial na agricultura e reprodução dos modos de vida, possuem apenas 2% de toda a terra globalmente.

Assim, no contexto de crise dos preços dos alimentos e fome no mundo, a mensagem central do relatório é de que a garantia do direito à terra, acesso aos territórios e meios de vida das comunidades e populações pobres no meio rural é crucial para o combate à fome e para a redução das desigualdades no mundo

IHU On-Line – Desde quando está em curso a estrangeirização de terras no Brasil e nos demais países da África e da Ásia?

Maíra Martins – Após a crise dos preços dos alimentos em 2007-2008, identifica-se o aumento expressivo da aquisição de terras em larga escala. No contexto da crise financeira e econômica, muitos investidores se voltaram para o mercado de terras.

A chamada “corrida por terras” se deve também à demanda por biocombustíveis e matérias primas, com destaque para algumas commodities como milho, soja, cana-de-açúcar, dendê e florestas plantadas (eucalipto), cultivos estes voltados para exportação. Estima-se que as transações com terras, cuja média era de 4 milhões de hectares por ano até 2008, saltaram para 45 milhões de hectares somente entre outubro de 2008 e agosto de 2009, sendo grande parte dessas negociações, em torno de 75%, no continente africano.

No caso do Brasil, o processo de estrangeirização das terras não é necessariamente novo: a cooperação nipo-brasileira para o desenvolvimento da agricultura nos Cerrados, na década de 1970, é considerada um importante marco desse processo por pesquisadores. Contudo, tem sido verificado que, a partir de 2008, também houve a intensificação da participação de estrangeiros em investimentos agropecuários, bem como na aquisição de terras no Brasil, acompanhando a tendência global.

IHU On-Line – Entre os países da América Latina, África e Ásia, é possível apontar em qual dos continentes há maior disputa pelos territórios e onde as empresas estrangeiras mais compram terras? Quais os interesses das empresas nesses países?

Maíra Martins – O continente africano tem sido o principal alvo dos interesses das empresas em aquisições e terras. Em 2010, o Banco mundial estimou que cerca de 46 milhões de hectares de terra agricultáveis haviam sido negociados no continente. Grande parte dessas aquisições ocorre em países com altos índices de fome e pobreza, cuja legislação e governança sobre a terra são frágeis, bem como os meios para proteger os direitos das populações afetadas.

As empresas, por outro lado, buscam boas oportunidades de investimento, nesse sentido, encontram facilidades para compra de terras ou contratos de arrendamento, incentivos fiscais, preços de terra mais baratos, bem como populações fragilizadas por não possuírem garantias legais.

IHU On-Line – Que empresas participam desse comércio de terras? Quais as implicações dessas negociações?

Maíra Martins – Diversos setores participam das negociações por terras, desde fundos de investimento e especuladores – cujo interesse é a valorização da terra, como empresas nacionais e multinacionais de produção de etanol, eucalipto, milho, soja – até setores da mineração e outras indústrias extrativas.

IHU On-Line – O que muda em relação à produção agrícola uma vez que as empresas estrangeiras são donas dos territórios?

Maíra Martins – Territórios que antes eram habitados ou produzidos por uma comunidade, bem como seus recursos naturais (água, solo, fauna, etc.), são monopolizados nas mãos de poucos, geralmente convertidos em regiões de

monocultivos para exportação, com alto uso de agrotóxicos, intenso consumo dos recursos hídricos e poluição do ar ou do subsolo. Dependendo do setor, emprega-se pouca mão de obra, não contribuindo muito para o desenvolvimento local.

IHU On-Line – Qual o posicionamento dos governos desses países em relação à compra de terras nacionais?

Maíra Martins – Para muitos governos a entrada de investimentos estrangeiros no país é tida como oportunidade de geração de renda e emprego para as comunidades, além de ser uma oportunidade de transferência de tecnologia. Sabemos que não é esse processo que tem sido noticiado e denunciado por muitas organizações ao redor do mundo. Nesse sentido, há discussões em âmbito internacional e em muitos países sobre maneiras de fortalecer os mecanismos de governança sobre a terra e regular os investimentos das empresas, cobrando mais responsabilidades dos investidores estrangeiros.

Mais de cem países do Comitê Global de Segurança Alimentar endossaram as diretrizes globais voluntárias sobre a gestão responsável da posse da terra e os direitos de acesso à terra, à pesca e aos recursos florestais. No entanto, por serem voluntárias, é necessário que os países adaptem aos seus contextos nacionais e incorporem os princípios e recomendações em formato de legislação.

IHU On-Line – Qual a situação específica do Brasil? É possível estimar que percentual do território brasileiro já pertencente a empresas estrangeiras?

Maíra Martins – O Brasil possui uma estrutura fundiária extremamente concentrada, resultado de nosso processo histórico, da maneira como a terra tornou-se propriedade privada e também reserva de valor. Como demonstra os dados do último censo agropecuário, as pequenas propriedades rurais, com menos de dez hectares, ocupam apenas 2,7% da área total dos estabelecimentos rurais, algo torno de 7,8 milhões de hectares, um terço do que, por exemplo, é hoje ocupado somente com a soja.

Ao mesmo tempo em que assistimos a expansão das fronteiras agrícolas para as monoculturas de exportação, com forte investimento estrangeiro, os processos de reforma agrária, de demarcação de territórios indígenas e quilombolas estão quase parados.

Há também fragilidades nos cadastros dos imóveis, revelando o fraco controle do estado sobre a governança da propriedade da terra no Brasil. Isso afeta uma identificação precisa das aquisições de terras por estrangeiros. Dos 850 milhões de hectares em terras no Brasil, apenas a metade está cadastrada como imóvel rural no sistema nacional de cadastro rural do Incra.

Desse modo, é difícil definir percentuais sobre o território. Segundo estudos do Nead, baseado nas fontes do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR do Incra, em 2008 existiam 34.632 registros de imóveis em mãos de estrangeiros, equivalente a uma área total de 4 milhões de hectares, parte significativa desses imóveis classificados como grandes propriedades rurais.

IHU On-Line – O comércio de terras em larga escala tem estimulado o aumento do preço dos alimentos e a produção dos biocombustíveis. Quais as razões dessas consequências?

Maíra Martins – O interesse por terra para atender à demanda por commodities agrícolas ou para especulação tem provocado o aumento do preço da terra e a substituição de cultivos essenciais para segurança alimentar por produtos voltados para exportação. Esse processo reforça a tendência para concentração fundiária e monopólio, contribui para o encarecimento dos preços dos alimentos devido ao aumento dos custos de produção (preço da terra, distância e transporte etc.) e redução de oferta de alimentos.

IHU On-Line – Como esse comércio tem prejudicado as comunidades tradicionais e pequenos agricultores em todo o mundo? Quais os riscos de acirrar ainda mais a crise alimentar?

Maíra Martins – A pressão sobre as terras tem provocado o deslocamento de muitas comunidades – às vezes por processos violentos e conflituosos – inviabilizando seus modos de vida e formas de reprodução de sua cultura. Por não terem a propriedade ou posse da terra, as populações rurais mais pobres são facilmente deslocadas e expropriadas e, para aqueles que possuem a titulação, a pressão inflacionária do preço da terra e a chegada de investimento ao redor inviabilizam a permanência em suas terras, levando-os à venda ou arrendamento. Por exemplo, podemos imaginar uma família de pequenos agricultores que estão cercados por fazendas de cana de açúcar, com intenso uso de agrotóxicos, ocorrências de queimadas, e assoreamento dos rios, frequentemente assediadas para vender ou arrendar suas terras.

Muitos são os riscos para a crise alimentar. Esse processo recente de aquisições de terras vai na contramão do que se considera necessário para garantir a produção de alimentos, reduzir os impactos das crises dos preços e inflação. Essa busca por terras contribui para agravar a concentração de terra, renda e investimentos em alguns setores, sobretudo na distribuição, pressionando os preços e contribuindo para inflação.

Como dito acima, os agricultores familiares são aqueles que produzem grande parte dos alimentos consumidos no mundo. É preciso políticas que fortaleçam pequenos agricultores, comunidades tradicionais, dando-lhes acesso à terra e meios de produzir alimentos e reproduzir seus modos de vida com dignidade

Incra elabora estudo sobre mercado de terras no oeste do Pará – Site do MDA. 30/10/2012

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no oeste do Pará iniciou o trabalho de atualização da Planilha de Preços Referenciais (PPR), um estudo sobre o mercado de terras que englobará toda a região. No documento constarão os novos valores médios da terra nua por hectare e município.

Além de servir como parâmetro para processos de desapropriação de terras com o fim de se criar projetos de assentamento e indenizações de imóveis afetados por barragens

ou terras indígenas, por exemplo, a PPR pode ser utilizada por agentes do mercado de terras.

Atualmente, há uma equipe do Incra em campo, cujas atividades já foram encerradas nos municípios Prainha e Placas. A partir de agora, o trabalho segue para Altamira, Belterra e Santarém.

No total, nove equipes, cada uma com um engenheiro agrônomo e um técnico, estarão envolvidas no levantamento de dados para atualizar a PPR. Além de servidores de Santarém, participarão do trabalho profissionais de Brasília, Marabá (PA) e Fortaleza.

Nova metodologia

A atualização da PPR dos municípios do oeste do Pará marca a aplicação de uma nova metodologia de trabalho do Incra, que contemplará mais informações. Serão consideradas as diferentes tipologias de imóveis com valor comercial, como os que são empregados para a pecuária ou o plantio de cacau.

Como amostragem, as equipes visitarão, em média, 25 imóveis por município, com foco naqueles negociados nos últimos 12 meses. Para a composição da PPR serão avaliados aspectos como a localização, acesso e atividades agropecuárias desenvolvidas nos imóveis e municípios.

Preceitos estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelo Manual de Obtenção de Terras do Incra orientam o estudo sobre o mercado de terras no Oeste do Pará. Segundo o coordenador do grupo de trabalho no oeste do Pará, Carlos Shigeaky Weky Silva, a expectativa é que os resultados sejam apresentados até o final de novembro.

Fórum no Ceará debate políticas para assentados da Reforma Agrária – Site do MDA. 31/10/2012

O Território da Cidadania Sertões de Canindé, no Ceará, abrange uma área de 9.099,20 km² onde vivem 3.261 famílias agricultoras em Assentamentos da Reforma Agrária. Nesta quarta-feira (31), durante todo o dia, representantes de nove assentamentos locais, secretarias municipais, movimentos sociais e sindicatos vão debater políticas públicas voltadas para essas pessoas, durante o Fórum dos Assentados da Reforma Agrária e Agricultores Familiares, realizado no município de Madalena, uma das seis cidades que fazem parte do território.

O delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Ceará, Francisco de Oliveira, vai participar do evento, onde levará as medidas anunciadas no Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013 para dialogar com as demandas dos agricultores e assentados da região. “Trata-se de uma região muito seca, portanto, questões relacionadas à estiagem têm maior relevância, principalmente com políticas de crédito, segurança da produção e geração de renda”, explica o delegado.

Segundo Francisco, ações do governo federal e do MDA como o Garantia-Safra, a liberação do Pronaf Estiagem para o resto do ano e o programa Bolsa Estiagem estarão

em pauta para acelerar a comercialização via mercados institucionais e a qualidade de vida do agricultor familiar.

Incra e governo de Alagoas tratam de mediação de conflitos agrários no estado – Site do MDA. 31/10/2012

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes, reuniu-se nessa terça-feira (30) com a Comissão Estadual de Mediação de Conflitos Agrários de Alagoas para prestar contas sobre o andamento de iniciativas do Incra, assumidas em agosto, durante visita ocorrida ao estado logo após sua posse. Na ocasião, conversou também sobre o tema com o governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho.

Durante a reunião da Comissão, o presidente do Incra anunciou a possibilidade de obtenção de sete novas áreas em Alagoas que já passaram por vistoria e que estão destinadas a assentamentos por decreto da presidenta Dilma Rousseff publicado em agosto. Ele assegurou que o Incra dispõe de recursos para empenhar a compra dessas novas áreas ainda em 2012 e que o órgão agora irá à Justiça para solicitar a posse desses imóveis.

Antes da reunião com a Comissão Estadual de Mediação de Conflitos Agrários, o presidente do Incra, ao lado da superintendente do Incra no estado, Lenilda Lima, e do delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Gilberto Coutinho, foi recebido pelo governador Teotônio Vilela Filho. O governador de Alagoas assumiu o compromisso de conversar com proprietários de imóveis interessados em vender suas áreas para o Incra, mas que ainda não formalizaram a intenção. Ele designou seu secretário do Gabinete Civil, Álvaro Machado, como interlocutor para encaminhar os entendimentos necessários para viabilizar imóveis pretendidos para fins de reforma agrária.

Superação da pobreza extrema

Guedes também está no estado para participar do Encontro dos Superintendentes Regionais do Nordeste e Minas Gerais. Para ele, o encontro sela o compromisso do Incra com Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). "Vamos atuar com muita energia em todas as áreas para a superação da pobreza extrema no meio rural. O Nordeste concentra mais de 60% da pobreza extrema no meio rural e o acesso à terra é um fator que pode ajudar a promover essa mudança", afirmou.

No encontro, Guedes destacou o esforço conjugado entre governos federal, estadual e municipal, além de movimentos sociais e outras instituições para fazer a reforma agrária avançar e evitar que só um dos entes se sinta responsável. O presidente anunciou que o Incra vai chamar em 2013 os novos 400 aprovados no concurso 2012 para fortalecer a atuação do órgão. E acrescentou que o MDA está fazendo mudanças importantes nos normativos do Incra para acelerar a chegada de benefícios às famílias assentadas.

Assentamento

A partir de 2013, reforçou, os novos projetos de assentamento estarão vinculados ao acesso à moradia por meio do Minha Casa, Minha Vida, ao Água para Todos, Luz para

Todas e todas as famílias farão parte do Cadastro Único do governo federal. Nos municípios que comprarem a produção dos assentamentos, o Incra vai oferecer como contrapartida combustível para que as máquinas do PAC II Infraestrutura possam fazer a conservação e melhorias das estradas nos assentamentos.

O presidente também apontou para os superintendentes do Incra que todos os imóveis suscetíveis de desapropriação por se encontrarem na lista suja do trabalho escravo e que já tenham processo concluído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, podem ser vistoriados com vistas à reforma agrária, como estabelece a Constituição.

Presidente do Incra se reúne com Comissão de Mediação de Conflitos Agrários e Governador de Alagoas – Site do INCRA. 31/10/2012

O presidente do Incra Carlos Guedes reuniu-se na tarde desta terça-feira(30) com a Comissão Estadual de Mediação de Conflitos Agrários de Alagoas para prestar contas sobre o andamento de iniciativas do Incra, assumidas em agosto, durante visita ocorrida ao Estado logo após sua posse. Na ocasião, conversou também sobre o tema com o Governador de Alagoas, Teotônio Vilela.

Durante a reunião da Comissão, o presidente do Incra anunciou a possibilidade de obtenção de sete novas áreas em Alagoas que já passaram por vistoria e que estão destinadas a assentamentos por decreto da presidenta Dilma Rousseff de agosto passado. Ele assegurou que o Incra dispõe de recursos para empenhar a compra dessas novas áreas ainda em 2012 e que órgão agora irá à Justiça para solicitar a posse desses imóveis.

Antes da reunião com a Comissão Estadual de Mediação de Conflitos Agrários o presidente do Incra, ao lado da superintendente Lenilda Lima e do delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Gilberto Coutinho, foi recebido pelo governador Teotônio Vilela Filho. O Governador de Alagoas assumiu o compromisso de conversar com proprietários de imóveis interessados em vender suas áreas para o Incra, mas que ainda não formalizaram a intenção. Ele designou seu secretário do Gabinete Civil, Álvaro Machado como interlocutor para encaminhar os entendimentos necessários para viabilizar imóveis pretendidos para fins de reforma agrária.

Superação da pobreza extrema

Para Guedes o encontro dos Superintendentes Regionais do Nordeste e Minas Gerais, que está ocorrendo em Alagoas, sela o compromisso do Incra com Plano Brasil Sem Miséria. "Vamos atuar com muita energia em todas as áreas para a superação da pobreza extrema no meio rural. O Nordeste concentra mais de 60% da pobreza extrema no meio rural e o acesso à terra é um fator que pode ajudar a promover essa mudança" Para ele, o esforço conjugado entre governo federal, estadual, município, movimentos sociais e outras instituições pode fazer a reforma agrária avançar e evitar que só um dos entes se sinta responsável para resolver o problema.

Guedes informou ainda que o Incra vai chamar em 2013 os novos 400 aprovados no concurso 2012 para fortalecer a atuação do órgão. Acrescentou que o MDA está fazendo

mudanças importantes nos normativos do Incra para acelerar a chegada de benefícios às famílias assentadas e anunciou que deliberou aos Superintendentes que todos imóveis suscetíveis de desapropriação por se encontrarem na lista suja do trabalho escravo e que já tenha processo concluído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, podem ser vistoriados com vistas à reforma agrária, como estabelece a Constituição.

Destacou que a partir de 2013 os novos projetos estarão vinculados ao acesso à moradia por meio do Minha Casa, Minha Vida, ao Água para Todos, Luz para Todas e todas as famílias farão parte do Cadastro Único do governo federal. Nos municípios que comprarem a produção dos assentamentos, o Incra vai oferecer como contrapartida combustível para que as máquinas do PAC II Infraestrutura possam fazer a conservação e melhorias das estradas nos assentamentos.

CONTAG participa de debate em Alagoas sobre o INCRA e o Brasil Sem Miséria – Site da CONTAG. 31/10/2012

De 30 de outubro a 1º de novembro, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reúne, em Maceió, capital de Alagoas, os superintendentes regionais do INCRA do Nordeste e de Minas Gerais para discutir o “INCRA e o Plano Brasil Sem Miséria”. O secretário de Política Agrária da CONTAG, Willian Clementino, participou na tarde desta quarta-feira (31 de outubro) de uma mesa como representante dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Na ocasião, o sindicalista avaliou a atuação do programa até o momento e se mostrou preocupado com os resultados. “O governo federal apresentou dados que apontam que apenas 25% dos investimentos no Brasil Sem Miséria foram destinados ao meio rural. Esse índice comprova qual é e quem é a prioridade do governo”.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

